

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Ameaça ao investimento	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Custo de manutenção de carro elétrico se aproxima do tradicional.....	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Gás natural vira briga judicial em SP	6
Título: Produção de petróleo mais que dobrou	7
VEÍCULO: Correio Braziliense	8
Título: Por falar em PSB.....	8
Título: Acordo bilionário na Arábia	9

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa e Ramona Ordonez****Título: Ameaça ao investimento**

Crise política põe em risco aportes de R\$ 60,5 bi do setor privado em infraestrutura.

A crise política deflagrada após as denúncias contra o presidente Michel Temer pelo empresário Joesley Batista, dono da JBS, pode ameaçar investimentos privados de R\$ 60,5 bilhões no setor de infraestrutura este ano. O número é uma projeção da Inter.B Consultoria, que já prevê a suspensão de grandes investimentos por parte das empresas, sobretudo em áreas ligadas a concessões públicas, como aeroportos, portos, energia elétrica e saneamento, entre outros.

Somente entre a última quarta-feira, quando o GLOBO revelou as denúncias, e sexta-feira, investidores estrangeiros já suspenderam negociações que estavam em andamento na área de fusões e aquisições. Segundo Marcelo Gomes, diretor-geral da Alvarez & Marsal, consultoria especializada em gestão de empresas, foram dois adiamentos que somam mais de R\$ 2 bilhões entre aportes e investimentos: um na área de energia e concessão de rodovias, e outro no segmento de varejo.

Para o presidente de uma empresa que atua na área de infraestrutura, com a forte oscilação do dólar e do mercado de ações, as equipes estão em reuniões para "reorganizar o orçamento" traçando cenários de maior instabilidade. No dia seguinte às denúncias, o dólar avançou mais de 8%, na maior alta desde a maxidesvalorização, em 1999. — As empresas devem suspender grandes investimentos, pois é preciso delimitar o impacto da crise. Os investimentos que poderão ser mais afetados são os atrelados a áreas reguladas, pois dependem do governo para que sejam operacionalizados, como os de infraestrutura. Os investidores vão tirar o pé do acelerador — diz Cláudio Frischtak, sócio da InterB Consultoria.

AQUISIÇÕES SUSPENSAS

Segundo projeção da InterB Consultoria, dos R\$ 60,5 bilhões em investimentos privados previstos para este ano, R\$ 30,6 bilhões estão destinados aos transportes, como ferrovias, portos e aeroportos. Energia tem programados R\$ 16,1 bilhões, e telecomunicações, outros R\$ 11,8 bilhões. — Investir é uma aposta no futuro. Tem que ter previsibilidade — destacou Frischtak.

Já Gomes, da Alvarez, teve de aumentar o expediente para atender aos fundos de investimento estrangeiros atrás de respostas sobre o atual momento. Como consequência, lembra que uma empresa, com atuação em concessões e em energia elétrica, suspendeu seu processo de venda, que estava marcado para o dia 29. — A data de fechamento da operação foi cancelada. Um fundo de investimento dos EUA estava negociando a compra por R\$ 1 bilhão e iria investir mais R\$ 1 bilhão. Nessa crise, os fundos de investimento são mais reativos à instabilidade. A primeira reação é esperar. O setor mais afetado será o de infraestrutura, como saneamento, aeroporto e rodovia — diz.

Gomes cita a suspensão do processo de compra de uma empresa brasileira de varejo com atuação nacional por uma americana: — A companhia dos EUA vai esperar de três a quatro meses para ver como vai se comportar o dólar, pois poderá ver o ativo brasileiro ficar mais barato. É um balde de água fria. Apesar das incertezas, no setor de petróleo e gás os investidores continuam interessados em participar dos três leilões previstos para este ano, dois no pré-sal e um no pós-sal. — O apetite continua grande. Realmente acredito que o setor de óleo e gás vai dar o pontapé inicial para a retomada da economia.

E vai começar pelos leilões — afirma Décio Oddone, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), que manteve encontros com investidores estrangeiros nas duas últimas semanas.

Ele lembra que uma eventual disparada do dólar beneficiará investimentos das petroleiras no país, que gastam em reais. Mesmo em caso de mudança de governo, avalia que os leilões não serão cancelados: — As grandes petroleiras e as mais tradicionais conhecem o Brasil. Sabem que, mesmo em crises pontuais políticas ou econômicas, contratos são respeitados.

João Carlos De Luca, da De Luca Consultoria e ex-presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), acredita que as empresas não vão perder a oportunidade de acessar os campos do pré-sal: — A notícia assustou. Acredito que pode ter algum dano, que pode preocupar alguma empresa que estaria vindo para cá pela primeira vez. Mas os investimentos são de longo prazo.

Segundo ele, o que preocupa as empresas de petróleo é a manutenção de regras. O mercado estava aguardando para junho a prorrogação do Repetro, regime tributário que isenta de impostos de importação equipamentos para a indústria. Essa extensão é fundamental para as empresa decidirem sobre investimentos. Fábio Cubeiros, gerente de Regulação da Safira, comercializadora de energia e consultoria, diz que o setor elétrico vem passando por uma série de ajustes para reverter os problemas: — Os investidores vão olhar com mais cautela e pode ser que alguma empresa fique em compasso de espera para novos investimentos.

IMPACTO DO CÂMBIO PREOCUPA EMPRESÁRIOS

Venilton Tadini, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Base e Infraestrutura, avalia que ainda é cedo para se tomar decisões: — Esperamos que a questão política seja resolvida o mais rapidamente possível.

Para um executivo de aeroportos, a curto prazo, a tendência é que os investimentos que poderiam se concretizar por meio de leilões sejam adiados. Mas ele lembra que os projetos de infraestrutura são de longo prazo e, por isso, os investidores devem apenas retardar sua vinda ao país. A maior ou menor disposição, diz, vai depender da velocidade com que será definido o destino de Temer: — O pior é a incerteza.

Fora da área de infraestrutura, o setor varejista já iniciou negociações com parte da indústria para minimizar os impactos do câmbio nos preços dos produtos, diante da forte oscilação do dólar. Em reunião de emergência na sexta-feira, empresários discutiram formas de reduzir custos operacionais para segurar o repasse de preços ao consumidor. — A tentativa é estreitar a parceria com a indústria, que se mostra sensível ao momento. Os alimentos são os primeiros a sentir a pressão cambial — afirma o presidente executivo da Associação de Supermercadistas do Rio de Janeiro (Asserj), Fábio Queiróz.

Outra preocupação do empresariado é com as reformas trabalhista e previdenciária. — As reformas são emergenciais para que as finanças do país se ajustem e criem um ambiente de negócios favorável, que traga confiança aos investidores — disse Antonio Carlos Pipponzi, presidente do Instituto de Desenvolvimento do Varejo (IDV), que reúne 70 grandes empresas.

Já a indústria elétrica e eletroeletrônica vê o momento com apreensão, uma vez que opera com ociosidade de 25% a 30%. — Não há grandes projetos porque nossa capacidade ociosa é alta — diz Humberto Barbato, presidente da Associação da Indústria Elétrica (Abinee), que só prevê retomada no fim de 2018.

Colaboraram Ronaldo D'Ercole, Danielle Nogueira e Pollyanna Brêtas

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Custo de manutenção de carro elétrico se aproxima do tradicional

Chevrolet Bolt EV, veículo elétrico que teve custos analisados pelo banco UBS

DO "FINANCIAL TIMES"

O custo de ter um carro elétrico será semelhante ao de um veículo tradicional com motor de combustão já a partir de 2018 na Europa, o que levará o público a adotar esses modelos mais cedo do que era previsto, de acordo com análise do banco UBS sobre o Chevrolet Bolt.

O banco previu um "ponto de inflexão para a demanda" por veículos acionados por bateria depois de desmontar um Bolt, o primeiro veículo elétrico de longo alcance dirigido ao mercado de massa, para examinar seus componentes e determinar seu custo real de produção.

A estimativa é que fabricar um Bolt custa US\$ 28,7 mil (R\$ 93 mil), significativamente menos que o esperado, e que seu motor elétrico só contém três partes móveis, ante 113 do de um Volkswagen Golf.

Isso se traduz em custos anuais de manutenção mais baixos, no valor de US\$ 255 (R\$ 829) para o Bolt, ante US\$ 610 (R\$ 1.982) para um Golf, segundo o cálculo do UBS.

O custo total de propriedade, que incorpora combustível e outros gastos associados à operação de um veículo, vai ser equivalente ao de um veículo com propulsão convencional já a partir do ano que vem na Europa, e o ponto de paridade será atingido em 2023 na China e em 2025 nos Estados Unidos, de acordo com as projeções do banco.

"As pessoas se concentram no preço de venda, mas subestimam as diferenças no custo operacional do veículo", disse Patrick Hummel, analista de veículos do UBS que comandou a pesquisa.

"A demanda provavelmente será maior do que a que estávamos antecipando."

AUMENTO NAS VENDAS

Como resultado, o UBS elevou suas projeções para a venda mundial de veículos elétricos em 50%, prevendo que 14% dos veículos vendidos no planeta em 2025 terão motores elétricos e que na Europa será de um terço do total.

No momento, as vendas de carros elétricos e híbridos são de menos de 1% do total de veículos vendidos no planeta, em razão do custo elevado e da relativa indisponibilidade de infraestrutura de recarga.

Giles Normand, diretor de veículos elétricos da Renault, fabricante do elétrico Zoe, disse que a tecnologia elétrica "avançou muito mais rápido que o esperado", ainda que tenha afirmado que sua previsão quanto ao momento de paridade de custo seja 2020.

O Bolt é vendido por US\$ 37 mil e, de acordo com sua publicidade, tem autonomia de 383 quilômetros sem recarga, o que faz dele o primeiro elétrico de longo alcance no mercado capaz de competir em termos de preço com os veículos a combustão.

Antes de 2020, a maioria das grandes montadoras lançará modelos de capacidade semelhante, entre os quais o Model 3 da Tesla, que sai ainda neste ano.

O UBS estima que a General Motors venderá o Bolt com prejuízo de US\$ 7.400 por unidade, inicialmente, em larga medida em razão dos custos de distribuição. Mas a montadora pode atingir margem de lucro de 5% com o modelo em 2025, devido aos ganhos de escala e avanços na tecnologia de baterias.

A GM não se pronunciou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Gás natural vira briga judicial em SP

Disputa entre Arsesp e Comgás em torno do preço do combustível ficou mais acirrada.

A briga pelo preço do gás natural no Estado de São Paulo virou uma batalha judicial sem fim e envolve até o pedido de afastamento do diretor da agência reguladora de energia Arsesp. Desde 2014, o órgão e a Comgás discutem os parâmetros da revisão das tarifas do combustível que deveria ocorrer de cinco em cinco anos. Até agora, no entanto, não há definição sobre isso. A situação tem criado um embate com as indústrias que usam gás no processo produtivo. Elas argumentam que, sem a revisão das tarifas, estão pagando mais caro pelo combustível e perdendo competitividade. Análise de Fundação Getúlio Vargas mostra que as fábricas instaladas na área de concessão da Comgás pagam tarifas 9% mais caras por causa da interrupção da revisão.

Pelas regras de concessão, as revisões devem ocorrer de cinco em cinco anos para avaliar as condições da prestação de serviço e do mercado, de modo a garantir a adequada remuneração dos concessionários e tarifas justas para os consumidores, explica o superintendente da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro (Abividro), Lucien Belmonte. Normalmente, a revisão repassa para o consumidor parte dos ganhos de produtividade que a empresa tem no decorrer dos anos. Para isso, uma parafernália de cálculos é feita com objetivo de capturar as melhorias.

E um deles é exatamente o que provocou confusão entre Comgás e Arsesp. A proposta da agência previa que o custo médio de capital da Comgás, um dos itens da revisão tarifária, seria de 8,04%. A concessionária, porém, defendia 12%. Foi a partir daí que as disputas começaram. Belmonte lembra que a Comgás alegou irregularidades no processo e entrou com recurso na Procuradoria Geral do Estado, que mandou a Arsesp republicar todo o procedimento feito até à época. Entre idas e vindas, que inclui pedidos de reajuste do gás em 10%, a situação ficou parada até o fim de 2016, quando a briga judicial se intensificou. No início de dezembro, a Abividro conseguiu mandado de segurança dando prazo de 48 horas para a Arsesp publicar laudo de avaliação dos ativos e em seguida iniciar a consulta pública.

Logo depois a Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia Elétrica (Abrace) conseguiu ação que determinava prazo de 90 dias para a conclusão da revisão tarifária. Em seguida, a Comgás e a Associação da Indústria de Cogeração de Energia (Cogen) conseguiram decisões contrárias e suspenderam a revisão. No caso da Cogen, o pedido de liminar alegava que havia indícios de parcialidade do diretor José Bonifácio de Souza Amaral Filho, da Arsesp. Por causa disso, as consultas públicas relativas ao tema estão suspensas desde dezembro. Em nota, a Arsesp diz que aguarda as decisões judiciais. A Comgás afirma que “o atraso foi causado por motivos estranhos à companhia” e que isso “prejudica os planos de investimentos da empresa”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Internacional

Autor: Renata Tranches

Título: Produção de petróleo mais que dobrou

Impacto para a economia foi grande e envolveu novos negócios com o Brasil, segundo embaixador

Desde que as sanções internacionais foram levantadas, após o acordo sobre seu programa nuclear, em julho de 2015, as exportações de petróleo do Irã mais que dobraram - de 1 milhão para 2,5 milhões de barris por dia. O impacto para a economia foi grande e envolveu novos negócios com o Brasil, segundo o embaixador iraniano em Brasília, Seyed Ali Saghaeyan, em entrevista ao Estado.

O Irã celebra os benefícios econômicos que as negociações nucleares permitiram ao país, ainda que agora o novo presidente americano, Donald Trump, ameace revê-lo. Segundo Saghaeyan, as dificuldades de transporte marítimo acabaram e os navios estrangeiros atracam facilmente hoje nos portos iranianos.

“A área de cooperação bancária com os importantes países europeus, especialmente com Alemanha, França e Itália, teve muita abertura”, afirma o embaixador, lembrando que todos os valores relativos ao petróleo que estavam bloqueados estão sendo recuperados. De acordo com ele, o governo iraniano, desde então, conseguiu baixar a taxa de inflação de mais de 40% ao ano para o nível de um dígito.

Logo nos primeiros dias de seu governo, Trump disse que estava colocando o Irã “sob observação” e, durante a campanha, insistiu que poderia ter feito acordo melhor que o alcançado pelo P5+1 (EUA, Rússia, China, França, Reino Unido mais a Alemanha). Segundo o embaixador, porém, trata-se de um acordo no qual todos os lados ganharam e sua manutenção “é de interesse de todos os países e da ordem mundial”.

“Até o momento em que outras partes mantenham seus compromissos, respeitaremos os nossos”, disse. Saghayan reitera que a União Europeia já reforçou a necessidade de se manter o pacto, que também é benéfico aos EUA. “E eles (americanos) sabem disso. O acordo não foi feito com um único país, e sim com seis potências mundiais”, lembra.

Desde que o Irã teve as sanções levantadas, as relações comerciais com o Brasil, de acordo com o embaixador, têm tido um “ritmo crescente”. O intercâmbio entre eles, afirmou, passou de US\$ 1,9 bilhão, em 2015, para US\$ 2,1 bilhões, em 2016. Segundo o embaixador, alguns pontos poderiam melhorar, como a facilidade alfandegária e o fluxo de transferências cambiais. “As empresas iranianas sofrem prejuízos de 15% a 20% em razão de despesas extras.”

Uma das áreas mais importantes de cooperação entre os dois países é a de energia. De acordo com o embaixador, ambos trabalham na negociação de um projeto de instalação de refinaria de petróleo no Estado do Maranhão.

Hassan Rohani

Foi eleito presidente em 2013 com promessas de maiores liberdades individuais e melhora nas relações com o Ocidente. Conseguiu em 2015 o acordo que limita o programa nuclear do Irã em troca de alívio nas sanções internacionais. Críticos ao pacto dizem que os benefícios não chegaram ao iraniano comum, o que abre caminho para os rivais de linha dura.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Denise Rothenburg

Título: Por falar em PSB...

A perspectiva é a de que o ministro de Minas e Energia, Fernando Filho, fique mais uns dias no cargo, enquanto as bancadas fazem suas reuniões para discutir a decisão do partido de engrossar a oposição. A nota dos socialistas, aliás, é dúbia: defende eleições diretas já, assim como o PT, mas fala em respeito à Constituição, que prevê eleição indireta. Ou uma coisa ou outra.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Mundo

Autor: Rodrigo Craveiro

Título: Acordo bilionário na Arábia

Tapete vermelho, contratos bilionários, medalha de ouro em homenagem ao visitante e uma tradicional dança com espadas. O primeiro dia de viagem do presidente norte-americano, Donald Trump, ao Oriente Médio sinalizou o fortalecimento dos laços entre a Arábia Saudita e os Estados Unidos. Horas depois de o ex-diretor do FBI James Comey aceitar depor perante o Senado, o líder republicano desembarcou em Riad com uma recepção calorosa. Trump e o rei Salman bin Abdulaziz Al Saud assinaram 34 acordos de mais de US\$ 380 bilhões (cerca de US\$ 1,2 trilhão) em áreas diversas, incluindo US\$ 110 bilhões (ou R\$ 357,5 bilhões) em venda de armas a Riad para “enfrentar as ameaças do Irã”.

“Foi um dia formidável. Bilhões de dólares em investimentos nos Estados Unidos e empregos, empregos, empregos”, declarou Trump. Mas o turbilhão em Washington e o risco — cada vez mais real — de impeachment acompanharam o presidente até a Arábia Saudita. O secretário de Estado americano, Rex Tillerson, se viu interpelado por jornalistas sobre a investigação relacionada à suposta influência da Rússia nas eleições presidenciais do ano passado. O chefe da diplomacia dos EUA desconversou e disse não ter informações a respeito.

Tillerson revelou que o acordo sobre a venda de armas — o maior na história dos Estados Unidos — busca confrontar a “influência maligna” de Teerã. “O pacote de equipamentos de defesa apoia a segurança, a longo prazo, da Arábia Saudita e de toda a região do Golfo Pérsico”, comentou o secretário. Também foram firmados pactos de cooperação bilateral em áreas como petróleo e transporte aéreo. “O montante dos investimentos supera os US\$ 380 bilhões”, anunciou o ministro das Relações Exteriores da Arábia Saudita, Adel Al-Jubeir, em entrevista coletiva ao lado de Tillerson.

Simbiose

Em entrevista ao Correio, Richard W. Murphy, diplomata com 34 anos de carreira e embaixador durante o governo de Richard Nixon, disse que Trump tentará vincular a venda de armas ao sucesso do programa para encorajar investimentos

nos EUA e para criar empregos. “A Arábia Saudita tem sido grande compradora de armas de Washington. Há décadas, os americanos têm atuado como o principal protetor da monarquia diante de ameaças externas à segurança”, lembra. Murphy acredita que, no aguardado discurso de hoje sobre o islã, Trump fará um apelo às nações islâmicas em prol de um esforço conjunto contra o terror.

MME / ASCOM .